



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

INTERCEL | INTERSUL | 21 DE MARÇO DE 2024 | #1601

Linha VIVA

Celesc: Até quando esperar o governador Jorginho?
Página 2



Foto: Eduardo Valente

Semelhanças entre apagões de Congonhas e de Campos Novos?
Página 3



Sinergia: Eleição para representante de base será em 25 de março

Podem votar eletricitários/as lotados na Grande Florianópolis

A eleição para representante sindical de base na Grande Florianópolis será realizada na segunda-feira, 25 de março. Para votar, o/a empregado/a sindicalizado/a terá cinco opções de urnas para depositar o voto. Confira abaixo os horários e locais das urnas:

Urnas fixas (7h30min às 16h30min):

1ª Urna: hall edifício/Sede da CGT ELETROSUL (Pantanal);

2ª Urna: hall edifício/Sede da Celesc (Itacorubi)

Urna fixa/itinerante:

3ª. Urna: Loja Celesc Florianópolis, 8h às 8h30min;

Sede Sinergia (R. Lacerda Coutinho, 149, Florianópolis), 8h30min às 11h;
Loja Celesc São José, 12h30min às 13h;

Loja Celesc Florianópolis, 13h30min às 13h45min;

Sede Sinergia, 14h às 16h30min

As urnas itinerantes farão o seguinte percurso:

4ª Urna: Sede CEREJ Biguaçu, 8h às 9h;

Loja Celesc Biguaçu, 9h às 9h30min;

Loja Celesc Gov. Celso Ramos, 10h às 10h30;

Cerej Nova Trento/Aguti, 13h às 13h30min

5ª Urna: Almoxarifado Central/Loja Celesc Palhoça, 8h15min às 8h45min;

Celesc Angelina, 10h às 10h30min;

Celesc Rancho Queimado, das 10h45 às 11h15min;

Celesc Alfredo Wagner, 13h às 13h30min;

Almoxarifado Central/Loja Celesc Palhoça, 15h30min às 16h

EletroDIGNIDADE, já!

CAMPANHA DATA-BASE DA ELETROBRAS COBRA RESPEITO E VALORIZAÇÃO AO TRABALHADOR E À TRABALHADORA

A campanha de negociação do ACT 2024-2026 começou com a aprovação e entrega da Pauta de Reivindicações da categoria eletricitária. A primeira reunião de negociação está agendada para o dia 2 de abril em Brasília.

A Eletrobras, desde o governo Temer - com a gestão Wilson Pinto Junior -, e, especialmente após a privatização, vem organizando um processo de desmonte da empresa e dos direitos das pessoas trabalhadoras. A Intersul não tem dúvida que nesse ACT a categoria enfrentará mais uma vez a impiedosa mão do mercado sobre os trabalhadores e as trabalhadoras.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) está se preparando para defender em mesa os direitos e benefícios historicamente garantidos aos eletricitários, contando com o apoio e

a disposição da categoria. Fique ligado/a, atenda às chamadas dos sindicatos. Precisamos estar unidos e fortes! Eletrodignidade já!

CGT Eletrosul: Como está a nossa força para o ACT?

Os sindicatos que compõem a Intersul têm realizado diálogos com as pessoas da sua base de atuação para fortalecerem as entidades em preparação para o Acordo Coletivo de Trabalho 2024-2026. Nos últimos dois meses, houve grande adesão de filiações, mostrando interesse e disposição de luta pelos direitos e a dignidade da categoria. Somente na base de atuação do Sinergia, foram pelo menos quarenta novas filiações nesse período. É preciso que esse movimento continue e mais empregados se engajem, seja se filiando aos sindicatos ou participando das lutas em defesa do ACT!

Até quando esperar?

Governo Jorginho repete a postura do Governo Moisés ao não abrir diálogo com as entidades sindicais

Em 2022, vivíamos a expectativa do processo eleitoral e seus impactos para a Celesc. Com dez candidatas na disputa ao Governo do Estado, os sindicatos da Intercel, em conjunto com o Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Paulo Guilherme Horn, procuraram todos os candidatos para que eles fizessem compromisso com a manutenção da Celesc Pública. Dos dez, apenas dois não assinaram: Carlos Moisés, então Governador do Estado, e Odair Tramontin, candidato de um partido abertamente defensor da privatização.

A recusa de Moisés em assinar a carta compromisso era retrato de sua postura ao longo do mandato. O Governador nunca se manifestou em defesa da Celesc Pública e chegou a publicar em redes sociais que apenas aguardava o momento certo para privatizar a empresa. Durante os quatro anos, Moisés se negou a conversar com a representação dos trabalhadores. Em dois momentos chegou a receber as entidades sindicais, já no fim de seu mandato, apenas por conveniência política de um governo fragilizado por dois processos de impeachment, mas sempre atestando que cumpria um papel protocolar e não estava aberto a nenhum diálogo.

Durante a campanha eleitoral, Jorginho Mello se

colocou como defensor da Celesc. Falou à imprensa que reduziria o percentual de lucro a ser distribuído aos acionistas para que esse dinheiro fosse investido na rede. Procurou os sindicatos para participar do Congresso dos Empregados, onde discursou contra a privatização. Novamente, procurou a representação dos trabalhadores para assinar a carta em defesa da Celesc Pública, sendo o segundo a firmar o compromisso. Falou aquilo que todo celesquiano queria ouvir.

Jorginho Mello foi eleito e, logo na sequência, a Intercel encaminhou correspondência solicitando uma reunião para debater a Celesc Pública. A reunião não aconteceu. Ao longo do ano, outras correspondências foram encaminhadas, com solicitações de audiências para debater assuntos dos celesquianos, além de situações temerárias da nova Administração da Celesc, que tem caminhado, inclusive, contra o discurso do Governador. Novamente, não houve resposta.

De candidato que buscava a representação dos trabalhadores, passamos a um Governador que até o momento não aceitou receber as entidades sindicais. A Intercel formalizou, novamente, correspondência ao Governo. Já estamos no segundo ano deste mandato. Moisés, ficou quatro anos sem abrir diálogo. E com Jorginho? Até quando esperar?

Sinergia ingressa com ação para retirar incidência de IRRF no equacionamento da ELOS

Ação também visa devolver aos participantes sindicalizados descontos injustos sobre contribuições excepcionais

O Sinergia, em parceria com a Advocacia Garcez, visando resguardar interesses e direitos de seus associados e toda a categoria, ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Tributária e Repetição de Indébito com Pedido Liminar, em face da Fazenda Nacional, em novembro de 2023.

A ação em questão visa declarar a não incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre contribuições extraordinárias pagas por sindicalizados e sindicalizadas para o equacionamento do déficit registrado pelo plano de previdência complementar administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS. Outrossim, solicita que os valores já pagos, em razão da incidência do IRRF sobre estas contribuições excepcionais, sejam devolvidos aos participantes e beneficiários do plano, haja visto seu injusto desconto.

Conforme esclarecido pelo escritório Garcez, as contribuições previdenciárias extraordinárias: (I) têm caráter idêntico às contribuições ordinárias, porquanto atendem à mesma finalidade - constituir reservas previdenciárias, conforme a Lei Complementar nº. 109/2021; (II) destinam-se a viabilizar a aquisição futura de benefícios previdenciários - assim como as contribuições previdenciárias comuns -, por meio do

reequilíbrio das contas da Fundação ELOS; (III) não representam ou significam o aumento da renda mensal das(os) sindicalizadas(os) e, desse modo, não se justifica a incidência do Imposto de Renda.

Significa dizer, em síntese, que a Lei não faz nenhuma distinção entre estas contribuições, quanto ao seu objetivo. Todas destinam-se à constituição de reservas previdenciárias e, portanto, devem receber o mesmo tratamento legal - a possibilidade de dedução do Imposto de Renda, como também se extrai da Lei n.º 9.250/1995. Ao mesmo passo, face à obrigatoriedade do pagamento do Imposto de Renda por aposentadas(os) e pensionistas, a incidência do IRRF quando da contribuição previdenciária e, posteriormente, quando do recebimento dos seus benefícios, ensejaria o *bis in idem* (reincidência tributária sobre o mesmo fato gerador - no caso, a renda), expressamente vedado pela ordem jurídica nacional.

Esses são os fundamentos centrais da ação proposta pelo Sinergia em prol da categoria. A ação foi distribuída pelo Tribunal no dia 13 de novembro de 2023 e todas as decisões pertinentes expedidas pelo Judiciário serão devidamente comunicadas e informadas às pessoas sindicalizadas.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Adoecimento mental na CGT Eletrosul

Cerca de 30% das pessoas que trabalham na empresa passam por algum tipo de sofrimento mental devido à pressão sofrida na pandemia e agravada pelo processo de privatização. Essa situação pode ser ainda mais grave, dado que muitas pessoas acabam não procurando ajuda. Os sindicatos da Intersul têm compromisso com a saúde das pessoas trabalhadoras e estão observando para tomar providências sobre essa questão.

Ataques da Eletrobras aos Centros de Operações

Os Centros de Operações do sistema estão sob ataque pesado da Eletrobras. A "nova cultura" da empresa está desmontando a estrutura forte e eficiente, com a contratação de força de trabalho com remuneração reduzida e demissão das pessoas mais experientes. Esta atitude está degradando rapidamente a condição de operação do Sistema Elétrico Nacional.

Plano de Saúde Eletrobras

A Eletrobras apresentou, no âmbito da Comissão Paritária de Saúde, a sua proposta para o fornecimento do atendimento à saúde a partir do segundo semestre de 2024. Pelo desenho apresentado, os trabalhadores e trabalhadoras da ativa e seus dependentes passarão a ser cobertos por Planos de mercado, sendo que as fundações de autogestão passariam a atender apenas os trabalhadores aposentados e seus dependentes. O CNE repudia essa iniciativa, especialmente por entender que causará inúmeros prejuízos, em virtude da conhecida ganância do mercado no que se refere à saúde. Sob a alegação de reduzir custos (a conhecida economia de palitos) a Eletrobras brinca com a vida e saúde das pessoas trabalhadoras. Experiências similares já demonstraram os riscos aos participantes, em curto e médio prazo. Como esta é uma cláusula do ACT, precisamos estar atentos e firmes na defesa de nossos direitos e de nossas famílias.

Previdência Eletrobras

A proposta de criação de uma nova fundação que irá incorporar as cinco fundações existentes visa sobretudo a exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras na gestão de suas economias, construídas ao longo da vida. Mais uma vez, sob a falsa premissa de redução de custos, o que se observa é a mão do mercado querendo se apossar dos quase 50 bilhões das pessoas ativas e aposentadas e do patrimônio das Fundações.

Solidariedade aos servidores de Florianópolis e da Comcap

Os sindicatos da Intercel e da Intersul se solidarizam com servidores do município de Florianópolis e trabalhadores da Comcap que estão em greve desde o início da semana passada. A categoria vem sofrendo uma série de ataques e uma campanha de difamação e criminalização do movimento, sem precedentes. É preciso lembrar que uma das lutas da categoria, o fim das terceirizações, tem relação direta com uma investigação em curso: a polícia investiga se ex-secretários do município, nomeados pelo prefeito Topázio Neto, teriam participado de suposto esquema de corrupção com empresas terceirizadas de lixo. A categoria elétrica conhece bem as consequências das terceirizações: além de favorecer a corrupção - já que políticos podem empregar seus apadrinhados sem necessidade de concurso público -, a quantidade de acidentes e falta de treinamentos são muito maiores que com trabalhadores próprios.



Semelhança do apagão de Congonhas com apagão de Campos Novos não é mera coincidência

Diretoria da Celesc segue a mesma cartilha de empresas privatizadas famosas pelos maus serviços prestados à população

Na semana passada, os jornais relataram o apagão na torre do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, que ficou por mais de uma hora e meia sem energia. A explicação dada pelas autoridades dá conta que a causa seria um problema externo, ou seja, falha da distribuidora de energia local, a ENEL, que esteve nos holofotes (negativos) dos telejornais de todo o país poucos meses atrás, por conta do péssimo atendimento a diversos municípios da região metropolitana de São Paulo, após uma tempestade de verão.

O que vemos nesse caso é um retrato fiel da privatização, que assola o setor elétrico nacional: enquanto em países considerados potências mundiais o setor de energia é visto como setor estratégico, no Brasil, os últimos quatro anos de um governo conservador e deveras liberal na parte econômica, o que se viu foi a venda desenfreada das estatais de energia (Eletrobras e parte da Petrobras) para o setor privado.

Vamos aos fatos: a cidade de Campos Novos, no Meio Oeste catarinense - com pouco mais de 36.000 habitantes -, ficou com sua rua central em 20 de fevereiro, uma terça-feira, sem energia elétrica em plena luz do dia, sem condições climáticas adversas (temporal, ciclone, tufão ou tornado). Foram mais de oito horas sem luz, após a queima de um transformador que atende a região central do município.

Quem conhece a realidade dos municípios do interior sabe que nas ruas centrais ficam localizados os maiores comércios, prédios públicos e bancos. No caso de Campos Novos, na rua atingida fica uma das principais rádios da cidade e o IML local.

No SPOM de Campos Novos ficou apenas uma equipe

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Intersul participa de seminário de Previdência Complementar no Setor Elétrico

Evento ocorre hoje e amanhã em Brasília

Hoje e amanhã está sendo realizado em Brasília o seminário "Os Desafios da Previdência Complementar no Setor Elétrico", promovido pelo Coletivo Nacional dos Eletricistas, em parceria com a Confederação Nacional dos Urbanitários.

Na oportunidade, os Coletivos discutirão os encaminhamentos a serem tomados, a partir do anúncio da Eletrobras de criação de uma nova fundação de previdência complementar, que irá incorporar todos os planos de previdência dos empregados da CGT Eletrosul, ativos e assistidos, atualmente pertencentes à Fundação Elos.

Os dirigentes sindicais Cecy Marimon e Tiago Vergara, do Sinergia, e Graciano Iribarrem Farias, da ARS, representarão a Intersul no evento.

para atender todas as emergências do município e alguns municípios vizinhos. Naquele belo dia de sol, a equipe responsável pelo atendimento estava na área rural atendendo outra emergência. A nota reclamatória da região central de Campos Novos foi aberta logo pela manhã e a dupla de plantão, assim que concluiu o atendimento na área rural, foi despachada para atender a região central da cidade.

Após fazer o teste, foi descoberto que o transformador estava queimado. Dessa forma, o COD avisou o pessoal da manutenção da Celesc, que fica na Agência Regional de Joaçaba, para assim acionar a equipe do caminhão e efetuar a troca do transformador. Entre a abertura da Nota Reclamatória (NR) e a resolução do problema se passaram quase oito horas.

Esse é o resultado da política imposta pela atual Diretoria da Celesc. Mas esse plano vem de longa data, com a redução das equipes de atendimentos, falta de investimentos fortes em comunicação, desmonte das equipes de manutenção e consumidores que, a cada dia, ficam mais inconformados ligando para políticos, que usam dessa fragilidade da empresa como alavanca política e campanha para privatização da Celesc.

A ENEL conseguiu deixar um dos aeroportos mais movimentados do país às escuras e a Celesc está indo a passos largos pelo mesmo rumo. Os canais oficiais da Celesc sequer explicaram à população de Campos Novos sobre o ocorrido.

A Diretoria da Celesc precisa ser responsabilizada por seus erros. Uma política de consequência, quando aplicada somente para trabalhadores, não é isonômica, pois não inclui

o corpo gerencial e muito menos as "altas lideranças".

A Intercel vai trazer à tona qualquer fato que aponte o sucateamento da Celesc e vise a sua privatização. Está mais do que na hora de recompor as equipes de emergência e expurgar as empresas terceirizadas, que brotam a todo o momento em todos os cantos do estado, nos mais diversos setores da Celesc.

"Celesc forte e eficiente" são palavras do governador do estado e do presidente da companhia. Porém, na prática diária, a Diretoria segue na contramão do que o governador encaminhou em sua campanha eleitoral e nas suas visitas pelo interior do estado.

Fortes e eficientes os trabalhadores da Celesc sempre foram. Esse jargão pertence a celesquianos e celesquianas. Cabe ao governador e a Diretoria da Celesc dar o respaldo e as ferramentas para que, com satisfação, possamos nos manter como uma das melhores empresas de distribuição do país.

Novo apagão em São Paulo na segunda-feira, dia 18

Um novo apagão atingiu a cidade de São Paulo na segunda-feira, dia 18, atingindo as regiões de Higienópolis, Consolação, Santa Cecília e Vila Buarque. O Hospital Central da Santa Casa foi um dos locais atingidos pelo apagão e foi obrigado a remarcar cirurgias e outros procedimentos de saúde. A companhia privada ENEL, responsável pela distribuição de energia na região, alegou um problema na rede subterrânea de Higienópolis. Mais um transtorno, dentre tantos que têm afetado a população da área metropolitana de São Paulo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Eletricistas do Vale do Itajaí - SINTEVI, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os associados deste Sindicato, quites com suas obrigações sociais, a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se na sede do SINTEVI, sito na Rua Bahia, nº 2552, Salto, Blumenau - SC, no dia 26/03/2024 (Terça-feira), às 17:30h, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 18:00h, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. - Leitura, discussão e aprovação da Proposta de Orçamento Anual do Sindicato, para o exercício de 2024;
2. - Leitura, discussão e votação do Balanço Geral relativo ao exercício de 2023, com o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Blumenau, 21 de março de 2024.

Douglas Dutra da Silva
Diretor Financeiro

OS DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO SETOR ELÉTRICO

PROGRAMAÇÃO

21/03/2024 (QUINTA-FEIRA)	22/03/2024 (SEXTA-FEIRA)
<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA DE ABERTURA - 09H - 10H30</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">Representantes da PREVIC, Ministério da Previdência, Anapar, Frente Parlamentar em Defesa da Eletrobras e CNU</p>	<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA 1 - 09H - 11H</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">Transferência de Gerenciamento: como ocorre? Quais são os riscos para os participantes? Como os conselheiros podem atuar?</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">José Roberto Ferreira - Sócio Diretor da Rodarte & Nogueira</p>
<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA 2 - 10H30 - 12H</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">Da Migração dos Planos a retirada de Patrocínio, a estratégia das empresas Julia Margarida - Diretora Regional da ANAPAR/Secretária de Energia da FRUNE/Conselheira Deliberativa da Faches (leita)</p>	<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA 2 - 11H - 12H</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">Estudos de caso: Fundação NEOS e VIVEST</p>
<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA 3 - 13H30 - 15H</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">A atuação da ANAPAR no GT da Previdência Antônio Bráulio de Carvalho - Diretor Administrativo da ANAPAR</p>	<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA 3 - 13H30 - 17H</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">Vivest - Jurandir - Conselheiro Eleito da Vivest e Diretor do Sinergia Campinas Neos - João Carlos (Diretor do Stiu DF)</p>
<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA 4 - 15H-17H</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">A Previdência Complementar na vida dos trabalhadores Edevaldo Fernandes da Silva - Gerente da FUNCEF</p>	<p style="text-align: center; font-weight: bold; margin: 0;">MESA 4 - 15H-17H</p> <p style="font-size: small; margin: 0;">Plano de Luta dos Sindicatos Coordenação do CNE</p>

A memória não se rende, Presidente Lula

Os pressupostos da governabilidade, meta precária de qualquer democracia, não podem ferir a memória dos povos

Por Raul Fitipaldi, para o Portal Desacato.info

Se ainda cantamos e ainda sorrimos é porque não esquecemos. Se ainda acreditamos e amamos; se sonhamos e temos esperança é porque sabemos o que custou superar o labirinto de horror que foram as ditaduras do Cone Sul. Lutamos e construímos cada oportunidade para recuperar a democracia e tentamos, mesmo com muita dificuldade, consolidá-la ainda hoje.

Todavia, parece que os caminhos se atravessam e essa democracia precisa sofrer com as amnésias programadas pelos líderes que deveriam defendê-la. Vez por outra aparecem sombras na sua trajetória, e pelo uso errático dela, aparecem Bolsonaro, Lacalle Pou,

o falecido Piñera, Dina Boluarte, Jeanine Añez e Milei, dentre outras figuras proverbiais do fascismo. Porque não a defendemos como corresponde, porque perdamos o terror que desorganizou a vida da nossa região, comprometendo o presente e o futuro de cada país.

Esquecer as ditaduras, não permitir lembrar-se delas, traz consigo vários efeitos negativos para qualquer sociedade e para a consolidação da democracia. A primeira é a negação da verdade. A segunda é a impossibilidade de informar e educar as novas gerações sobre uma passagem decisiva da história que guarda as explicações de muitos desafios ainda

presentes. A terceira, e mais importante, é deprimir a justiça para que ela não possa ser executada como correção dos nossos erros.

Os pressupostos da governabilidade, meta precária de qualquer democracia, não podem ferir a memória dos povos. Menos quando há exemplos sobrados e infames dos riscos de apagar a memória da sociedade. Acaso esquecemos que a primeira mulher presidenta do Brasil, vítima de um golpe de estado, antes foi vítima da prisão e da tortura? O próprio presidente Lula se esqueceu de seus quase 600 dias de prisão injusta para que o fascismo tomasse conta do país, o que derivou mais tarde em 700 mil cadáveres,

entre outras desgraças?

Os gurus da governabilidade precisam entender que a paz negociacionista de hoje só faz adiar o conflito de amanhã. Se cumprirmos a obrigação de ir para as ruas recordando os 60 anos do início da ditadura no Brasil, estaremos defendendo a democracia. Estaremos educando-nos para o futuro e estaremos defendendo outra forma de governabilidade, a da justiça. Ao fim, se o sistema sente covardia de quem governa, ele avança e destitui à democracia ou a distorce para seu benefício. Não há saída na negação da verdade e no apagamento da memória, porque a história as recupera e julga os atos de todo

ser humano e de todas as civilizações.

Veja, presidente Lula, um dia nossos povos se prometeram que ditaduras Nunca Mais, e para isso não devem esquecer as ditaduras que sequestraram, violaram, roubaram, torturaram e assassinaram. Você sabe, presidente, que a memória não se rende, ela é que garante a democracia e a justiça. E ela se conquista nas ruas e nos espaços de todas e todos. Portanto, e por causa de seu pedido de esquecimento, é cada vez mais necessário defender a democracia nas praças e avenidas, até para assegurar que seu mandato chegue até o fim, queira o fascismo ou não.

Imagem: Sindjupe

PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA,
PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA:
DITADURA NUNCA MAIS!

Errata:

- Na edição 1599 do jornal Linha Viva, a imagem da página 4, que acompanha o poema de Dinovaldo Gilioli, foi gerada pelo Canva;
- Na edição 1599, a matéria de capa "Está na escuta, COD?" faz cobranças e questionamentos à Diretoria da empresa e não a qualquer grupo de trabalhadores da Celesc.